



Por vidas vivíveis na América Latina

For viable lives in Latin America

Elizabeth Sara LEWIS*

 <https://orcid.org/0000-0001-6303-5727>

Introdução

Em seu artigo *A América Latina na encruzilhada do tempo presente*, historiador Muniz Ferreira traça um percurso histórico de meados do século XIX até os dias de hoje, sempre destacando as tensões entre as forças (neo)liberais e conservadoras dominantes e as forças progressistas. No presente texto, nosso objetivo é dialogar com Ferreira, apreciando a linha de pensamento do artigo, acrescentando observações complementares e criando pontes com outros/as autores/as. Na primeira parte deste texto, focaremos no artigo de Ferreira, apontando as forças de sua análise e, onde possível, agregando novas ideias e comparações. Na segunda parte, criaremos um diálogo entre Ferreira e Judith Butler, em suas obras *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* ([2015] 2018) e *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* ([2009] 2015), com base em uma questão comum que surge nas escritas de ambos/as autores/as: a dificuldade em fazer com que grupos distintos reconheçam o que têm em comum, apesar de suas diferenças, para que façam atuação política conjunta visando melhorar suas condições de vida.

1. Ciclos de tensões entre forças (neo)liberais/conservadoras e progressistas na América Latina

*Soy América Latina / Un pueblo sin piernas, pero que camina [...]
¡Vamos caminando! / Aquí se respira lucha
¡Vamos caminando! / Yo canto porque se escucha
Vamos dibujando el camino
- Calle 13, "Latinoamerica" (2011)¹*

* Linguista. Doutora em Estudos da Linguagem. Professora Adjunta de Linguística no Departamento de Letras da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Av. Pasteur, 436 (fundos), Urca, Rio de Janeiro (RJ), CEP 22290-255. Também é Professora Colaboradora no Programa Interdisciplinar de Pós-graduação em Linguística Aplicada da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Av. Horácio de Macedo, 2151 (sala F-317), Cidade Universitária, Rio de Janeiro (RJ), CEP 21941-917. E-mail: elizabeth.lewis@unirio.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 Acesso Aberto Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

¹“Sou a América Latina / um povo sem pernas, mas que caminha [...] Vamos caminhando! / Aqui se respira luta / Vamos caminhando! / Eu canto porque escutam / Vamos desenhando o caminho” (tradução nossa).

Na introdução do artigo *A América Latina na encruzilhada do tempo presente*, Ferreira mostra como muitas sociedades latino-americanas, em meados do século XIX, escolheram se inserir na economia internacional por meio de um modelo liberal e conservador de agroexportação, uma ordem oligárquica. Apesar de processos de urbanização e industrialização que surgiram após a crise de 1929, e, com esses, a criação do proletariado urbano e lutas de classes em lugares urbanos e rurais, “[...] as transformações sócio políticas de caráter progressistas eram travadas pelo predomínio de uma burguesia retardatária, gerada e reproduzida nos poros de um estado de coisas neocolonial” (FERREIRA, 2022, p. 7). Assim, Ferreira já inicia o artigo nos mostrando um dos impedimentos históricos para mudanças progressistas na região, tema esse que continuará desenvolvendo nas seções subsequentes.

Na segunda seção, *A industrialização substitutiva de importações*, o autor discute a relação entre as guerras mundiais, os processos de modernização urbano-industriais e o *populismo político latino-americano*. Novamente, destaca as forças conservadoras: “Privilegiando o mercado interno como *locus* da reprodução do capital, esse Estado-demiurgo, de corte ‘nacional-populista’, se oferecia à história como o agente fundamental do processo de modernização conservadora na região” (FERREIRA, 2022, p. 8). Depois, resume os anos 1930 a 1970, passando pelo ajuste *liberal ortodoxo*, o tipo de industrialização do *nacional desenvolvimentismo*, uma “[...] segunda onda de modernização conservadora [...]” (FERREIRA, 2022, p. 9) que intensificava o capitalismo e aprofundava a industrialização, mas sem romper o monopólio das antigas oligarquias fundiárias. Desta maneira, o autor mostra como os impedimentos às mudanças progressistas inicialmente destacados na primeira seção continuam afetando a região, apesar de diversas alterações na conjuntura regional e mundial.

Na terceira seção, *Reestruturação produtiva e atualização da subalternização*, Ferreira discute os efeitos da recessão internacional para os países latino-americanos a partir do final dos anos 1970, mostrando como os programas desenvolvimentistas e tentativas de integração foram substituídos por modelos econômicos neoliberais centrados nas empresas privadas e no *livre comércio*. Embora Ferreira esteja focando na década de 1980, entre os diversos efeitos dessas reformas neoliberais que o autor destaca, chama a atenção a atualidade de alguns: “[...] o aprofundamento das assimetrias provocadas pelas altas taxas de desocupação provocadas pela reestruturação produtiva e a flexibilização das relações laborais [...]”, as “[...] ameaças ao meio ambiente geradas pela expansão indiscriminada do agronegócio em algumas regiões[...]” e “[...] A minimização das políticas sociais e sucateamento dos serviços públicos” (FERREIRA, 2022, p. 10). Parece-nos relevante observar que essas tendências que marcaram os anos 1980 certamente continuam até hoje, em particular no Brasil, onde durante a presidência de Jair Bolsonaro as taxas de desemprego bateram novos recordes (CARNEIRO, 2021), um desmonte da política ambiental tem sido operacionalizado em conjunto com o favorecimento do agronegócio (BRASIL DEBATE, 2020), e as políticas sociais e os serviços públicos são constantemente sucateados pelo governo em uma tentativa de forçar a privatização (LEWIS, 2019).

A seguir, na quarta seção, *Lutas de resistência, convulsões político-sociais, governos progressistas e políticas compensatórias*, o autor passa para os anos 1990 e início dos anos 2000, explicando “[...] um relativo ‘esquecimento’ da América Latina [...]” (FERREIRA, 2022, p. 10) em conjunto com sua contínua subordinação aos Estados Unidos. Focando nas eleições ao olhar para os diversos governos latino-americanos daquelas décadas, destaca como alguns foram estabelecidos em contextos de colapso econômico-social e conflitos entre as forças

armadas e os movimentos populares, enquanto outros se estabeleceram sob a plataforma de tentar reverter os danos neoliberais à estabilidade de suas economias e ao bem-estar social de suas populações. Ao mesmo tempo, chama a atenção para a necessidade de olhar de maneira realista para os governos “progressistas” e os efeitos destes: “[...] a inevitabilidade da abertura de uma fase de fortes contradições entre a agenda de mudanças progressistas destes e a inevitável resistência dos grupos econômicos e classes sociais historicamente privilegiados no seio destas sociedades” (FERREIRA, 2022, p. 12).

Na quinta seção, *Contraofensiva imperialista, guerras híbridas e operações de mudança de regime (regime change)*, Ferreira passa a discutir a derrubada dos governos de esquerda ou progressistas em diversos países a partir de 2010, incluindo o golpe contra Dilma Rousseff no Brasil e as eleições de governos de direita e/ou neoliberais em diversos países. Novamente vemos a proeminência da via eleitoral: “[...] a contraofensiva das forças reacionárias e neoliberais também se concretizou através dos processos eleitorais tradicionais” (FERREIRA, 2022, p. 13).

Como nas outras seções, nessas duas Ferreira articula muito bem as tensões entre as forças progressistas e aquelas (neo)liberais e conservadoras. Embora em nossa leitura tenhamos sentido falta de uma maior discussão dos movimentos sociais atrás das vitórias eleitorais dos governos progressistas, dado o tema do presente número da revista (*Movimentos sociais e democracia: o avanço do autoritarismo e a resistência popular na América Latina*), parece-nos que Ferreira insiste em um ponto que é chave, não somente para os períodos que estava discutindo nessas duas seções do artigo, mas também na atualidade: a resistência dos grupos privilegiados às mudanças progressistas. Temos vivenciado isso de maneira particularmente forte no Brasil nos últimos anos, com a articulação das elites (no governo, nas mídias etc.) para enfraquecer e derrubar o Partido dos Trabalhadores (PT) após anos de programas sociais que tentavam melhorar as condições de vida dos menos privilegiados², primeiro através do golpe que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e na instalação do presidente Michel Temer, segundo na chegada ao poder do atual presidente Jair Bolsonaro.

É importante destacar, também, a maneira pela qual esses grupos privilegiados têm usado seus discursos ideológicos para iludir as classes menos favorecidas, o que vemos no ódio ao PT que permeia as falas de tantas pessoas que antes foram beneficiadas por suas políticas sociais. Como nos alertaram Marx e Engels ([1845-46] 1998) tanto tempo atrás, no seguinte trecho famoso de *A ideologia alemã*:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder *material* dominante numa sociedade é também a potência dominante *espiritual*. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual; de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante (MARX; ENGELS, ([1845-46] 1998, p. 48, grifos dos autores).

As falas e sentimentos de ódio ao PT reproduzidos pelos grupos que foram beneficiados por suas políticas sociais são mais um exemplo de como os pensamentos ideológicos da classe dominante são reproduzidos pelas classes a ela subordinadas.

² Apesar de qualquer crítica que tenhamos sobre a atuação do PT, é inegável que suas políticas sociais melhoraram, de diversas maneiras, as condições de vida dos setores mais desfavorecidos da população.

Adicionalmente, como observa Terry Eagleton, ([1991] 1997), “O estudo da ideologia é, entre outras coisas, um exame das formas pelas quais as pessoas podem chegar a investir em sua própria infelicidade” (EAGLETON, [1991] 1997, p. 13). Antes das últimas eleições, apesar de Bolsonaro ter expressado a intenção de intensificar intervenções policiais nas favelas, o que como sabemos infelizmente resulta nas mortes de moradores/as inocentes, e de apoiar reformas trabalhistas que reduziriam drasticamente os direitos dos/as trabalhadores/as, alegando que “Aos poucos a população vai entendendo que é melhor menos direitos e emprego do que todos os direitos e desemprego”³, Bolsonaro teve amplo apoio entre os setores mais explorados e fragilizados (LEWIS, 2019; KALIL, 2018). De maneira parecida, tinha apoiadores/as nas populações LGBTQIA+, negra e de mulheres, apesar de constantemente fazer afirmações e criar políticas LGBTfóbicas, racistas e sexistas (LEWIS, 2019). Por que, como sugere Eagleton ([1991] 1997), tais grupos tendem a ignorar tais coisas e investir em sua própria infelicidade, apoiando uma figura que não defende seus interesses e até os trata como *seres abjetos*, para usar a terminologia de Judith Butler ([1993] 2019)? Infelizmente, como afirma Paulo Freire (2013, p. 58), devido a “[...] uma relação de violência que os conforma como violentados [...]”, é comum que “[...] os oprimidos assum[a]m uma postura que chamamos de ‘aderência’ ao opressor” (FREIRE, 2013, p. 44). Tais reflexões podem nos ajudar a entender como os grupos privilegiados têm conseguido fazer seus discursos reverberarem entre os grupos menos privilegiados, apesar de as reformas progressistas serem nos interesses desses últimos, resultando na recrudescência das políticas (neo)liberais e conservadoras.

Na penúltima seção do artigo, *Retomada das lutas populares e novo ciclo de governos ‘progressistas’*, o autor passa para os anos 2020, sublinhando mais uma rodada de conflitos entre as forças (neo)liberal-conservadoras e o campo progressista-popular-revolucionário. Mencionando mobilizações massivas em diversos países, discute alguns casos em que governos ‘progressistas’ voltaram ao poder nestes últimos anos. Explica que

[...] a originalidade do momento atual vivido pela América Latina consiste em que, mais uma vez, forças políticas consideradas progressistas, formadas no seio das esquerdas e apoiadas por movimentos sociais importantes participam simultaneamente de coalizões de governo em um conjunto significativo de países [...]. Esta novidade histórica pode representar mais uma tentativa de quebra do monopólio do exercício do poder por parte dos círculos oligárquicos e pelas classes dirigentes burguesas organicamente vinculadas ao grande capital internacional nestas sociedades (FERREIRA, 2022, p. 16).

Nos alerta, também, que devemos nos preparar para uma nova reação das potências capitalistas-imperialistas ocidentais, que seguramente tentarão evitar qualquer perda de sua hegemonia. A força da seção é exatamente esta alerta para o futuro, bem fundamentada em toda a análise sócio-econômico-política feita pelo autor. Porém, sentimos falta de uma maior discussão dos efeitos da pandemia de COVID-19 nesta seção e na anterior; o tema aparece somente uma vez ao falar do caso do Equador, mas certamente teve repercussões parecidas em todos os países da América Latina.

Na última seção do artigo, *Conclusão: balanço provisório e perspectivas hipotéticas*, Ferreira reflete sobre o que deve ser feito para que as mudanças progressistas sejam permanentes, e não simplesmente mais uma *onda* no vai-e-vem entre as forças progressistas e aquelas

³ https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/05/21/interna_politica,682208/para-bolsonaro-e-melhor-menos-direitos-trabalhistas-que-perder-o-empr.shtm. Acesso em: 20 maio 2022.

(neo)liberal-conservadoras. Sugere a incorporação das massas na política, por exemplo “[...] o alargamento das instâncias de participação popular e [...] o monitoramento do governo pelos cidadãos e a sociedade civil organizada [...]”; a necessidade de avanços consistentes nas mudanças econômico-sociais; e a “[...] superação gradual [...]” de todos os elementos “[...] responsáveis pelas situações de exclusão política, concentração de poder econômico e *déficit* de soberania nacional” (FERREIRA, 2022, p. 16).

O artigo contém uma análise interessante dos governos latino-americanos dos anos 1930 até o presente, permitindo ver as raízes históricas atrás das situações atuais e constantemente sublinhando as tensões entre as forças progressistas e aquelas (neo)liberais e conservadoras. Outra força do texto é o fato de olhar para quase toda a América do Sul e diversos países da América Central e do Caribe, discutindo situações na Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, El Salvador, Equador, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Só é curiosa a falta de discussão do México, em particular do governo de Andrés Manuel López Obrador, uma potência importante na região que também tem sentido os efeitos das tensões entre as forças (neo)liberais/conservadores e progressistas.

Adicionalmente, em um número com o tema *Movimentos sociais e democracia: o avanço do autoritarismo e a resistência popular na América Latina*, chama a atenção o fato de Ferreira sempre focar em ganhos conseguidos por meio de eleições mais do que em movimentos sociais específicos ou em alternativas à via eleitoral. Quando o autor sugere que uma solução para mudanças progressistas com mais longevidade seja “[...] o alargamento das instâncias de participação popular e [...] o monitoramento do governo pelos cidadãos e a sociedade civil organizada [...]” (FERREIRA, 2022, p. 16), podemos nos perguntar se tal participação na máquina do Estado realmente seja o suficiente para mudar, de maneira permanente, o tipo de Estado que os países latino-americanos têm. Se, na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx ([1869] 2015b, p. 321) já havia observado que “[...] [t]odas as revoluções [anteriores] aperfeiçoavam essa máquina [do Estado], em vez de a destruir [...]”, em *A guerra civil na França* ele chega à conclusão de que “[...] a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria de Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos” (MARX, [1871]2015a, p. 403). Essa discussão sobre reforma ou revolução tem sido desenvolvida por inúmeros/as autores/as (ver, por exemplo, LUXEMBURGO, [1900] 2015; LENIN, [1918] 2010; etc.) e devido ao escopo do presente texto não entraremos em detalhe sobre a questão aqui. O que gostaríamos de problematizar é que embora Ferreira nos traga elementos importantíssimos para entender por que, conjunturalmente, partidos (neo)liberais-conservadores ou partidos progressistas ganhavam ou perdiam as eleições, ele quase não olha para possibilidades de mobilizar as massas para fazer revolução, nem analisa por que tal mobilização ainda não aconteceu. Certamente o autor não defende a via eleitoral acima dessas outras possibilidades, mas ao não discuti-las, acaba reforçando o foco, tão frequente no senso comum e na militância hoje em dia, nessa via em vez de frisar como poderíamos sair desse ciclo de governos progressistas sendo derrubados por forças (neo)liberais-conservadoras.

2. Reconhecimento, precariedade e atuação conjunta: uma saída do ciclo das tensões?

Isso não quer dizer, porém, que Ferreira não proponha nenhuma possibilidade de saída desse ciclo. Algo que talvez escape a quem lê o artigo pela primeira vez, fazendo uma leitura focada na análise histórica que compõe a maior parte do texto, é uma afirmação inicial do autor na

introdução e como ela se conecta com outra asserção nas considerações finais. Ferreira inicia o texto destacando que, apesar de compartilharem semelhanças – “[...] um passado de dominação colonial e um presente de subordinação econômica e política no sistema internacional [...]” (FERREIRA, 2022, p. 6) – que poderiam ser a base para maior cooperação e uma atuação política conjunta, “[...] Durante séculos, os países da América Latina pautaram suas relações pela desconfiança recíproca, distanciamentos e rivalidades” (FERREIRA, 2022, p. 6). Como vimos acima, as seções que seguem a introdução traçam um percurso dos anos 1930 até os dias atuais, comentando as ondas (neo)liberais e conservadoras dominantes e as ondas mais progressistas, enquanto olha para a industrialização, o desenvolvimento e os governos de diversos países latino-americanos. Após este rico percurso histórico, o que pode passar despercebido ao/à leitor/a é que Ferreira conclui retomando, indiretamente, a ideia da falta de cooperação entre os países latino-americanos, ao sugerir que a solução para os problemas atuais seja uma maior atuação conjunta entre esses países:

Tendo em conta seu posicionamento economicamente periférico, política e estrategicamente subalterno no cenário internacional, o sucesso dos avanços a serem concretizados no subcontinente não subsistirão, senão sobre a base de processos de convergência, integração e cooperação multifacetados, ultrapassando a dimensão meramente econômica-comercial e para além da lógica metabólica do grande capital. Em outras palavras, a dimensão **internacionalista** da solução dos graves problemas regionais adquire, mais do que nunca, uma atualidade incontornável (FERREIRA, 2022, p. 17, grifo do autor).

Agora, a questão para quem lê fica: se as semelhanças entre os países latino-americanos não têm sido o suficiente, historicamente, para fazer com que se juntassem para fazer mais atuação política conjunta, mas a solução para combater o conservadorismo, a subordinação e a lógica do grande capital é cooperação e a atuação conjunta latino-americana, como podemos mudar as coisas para chegar à solução cooperativa e internacionalista que Ferreira propõe?

Essa dificuldade de cooperação, embora em outro contexto, também é explorada por Judith Butler no livro *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia* (BUTLER, [2015] 2018). Como fazer com que grupos que militam para questões distintas se juntem para lutar em prol de melhorias nas condições de vida para todo mundo? Para a autora, a solução parece ser o reconhecimento do outro e da precariedade como condição de todo ser humano.

Primeiro, precisamos pensar sobre a questão do reconhecimento. Para Butler, ela “[...] é importante porque se dizemos acreditar que todos os sujeitos humanos merecem igual reconhecimento, presumimos que todos os sujeitos humanos são igualmente reconhecíveis” (BUTLER, [2015] 2018, p. 42). Porém, a autora também admite que na prática isso não é sempre o caso. Para ser reconhecível, no mundo em que vivemos, o sujeito precisa ser legível ou apreensível conforme uma série de normas, normas essas que não foram escolhidas por ele. Focando na questão do reconhecimento do sujeito, em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* ([2009] 2015), Butler afirma:

Os sujeitos são constituídos mediante normas que, quando repetidas, produzem e deslocam os termos por meio dos quais os sujeitos são reconhecidos. Essas condições normativas para a produção do sujeito produzem uma ontologia historicamente contingente, de modo que nossa própria capacidade de discernir e nomear o “ser” do

sujeito depende de normas que facilitem esse reconhecimento. [...] Assim, há “sujeitos” que não são exatamente reconhecíveis como sujeitos e há “vidas” que dificilmente – ou, melhor dizendo, nunca – são reconhecidas como vidas (BUTLER, [2009] 2015, p. 17).

Em outras palavras, nossa capacidade de reconhecer ou apreender uma vida depende, em parte, de se essa vida é produzida ou não conforme uma série de normas sociais que a caracterizam ou definem como uma vida (BUTLER, [2009] 2015).

Em suas obras mais recentes⁴, Butler vincula a questão das normas que produzem sujeitos (inteligíveis e reconhecíveis) à ideia da precariedade da vida enquanto condição para a própria vida. Em *Corpos em aliança e a política das ruas* (BUTLER, [2015] 2018), afirma que a precariedade é algo que existe para todo ser humano – “[...] cada um de nós pode se ver sujeito a privação, dano, doença, debilitação ou morte em decorrência de eventos ou processos fora do nosso controle” (BUTLER, [2015] 2018, p. 27). Mas, ao mesmo tempo, a autora salienta que essa precariedade é desigualmente distribuída: “Por mais invariável que essa verdade geral possa ser, ela é vivida diferencialmente, uma vez que a exposição a acidentes de trabalho ou os serviços sociais ineficientes claramente afetam os trabalhadores e os desempregados muito mais do que as outras pessoas” (BUTLER, [2015] 2018, p. 27).

Butler conecta essa questão a como a economia neoliberal estrutura as instituições e os serviços públicos, e como os discursos (ideológicos) relacionados a esse tipo de sistema reproduzem a ideia de que certas populações seriam ‘descartáveis’: “Esses desenvolvimentos, reforçados pelas atitudes predominantes em relação ao seguro de saúde e à seguridade social, sugerem que a racionalidade do mercado está decidindo quais saúdes e vidas devem ser protegidas e quais não devem” (BUTLER, [2015] 2018, p. 17). Assim, a autora frisa que a exposição a condições precárias não tem a ver simplesmente com questões individuais, mas com infraestrutura, instituições socioeconômicas, sistemas políticos etc.:

[...] ninguém sofre de falta de moradia sem que exista uma falha, sem que haja um fracasso social no sentido de organizar a moradia de um modo que ela seja acessível a toda e qualquer pessoa. E ninguém sofre com o desemprego sem que exista um sistema ou uma economia política que fracasse em salvaguardá-lo dessa possibilidade (BUTLER, [2015] 2018, p. 27).

Essas observações são importantes, já que, ainda conforme a filósofa, na moralidade neoliberal todo êxito ou fracasso se torna uma questão de responsabilidade e esforço pessoais (o discurso ideológico da meritocracia), algo que isola as pessoas e enfraquece seu potencial de atuação política conjunta contra as condições precárias impostas pelo sistema econômico-político⁵. A precarização de diversas populações é um processo, ou, nós diríamos, um projeto

⁴Butler é conhecida por suas teorizações sobre gênero e, de fato, em suas primeiras obras ([1990] 2003, [1993] 2019 [2004] 2006) a filósofa se concentrava sobre a marginalização e falta de reconhecimento de pessoas cujas performances de gênero e sexualidade fugiam das normas. Porém, aos poucos foi expandindo suas reflexões, pensando também em pessoas cujas existências são vistas como vidas que ‘não importam’ na sociedade normativa: pessoas em situação de rua, prisioneiros/as de guerra, pessoas negras e assim por diante. Aqui no Brasil podemos pensar na necropolítica contra pessoas negras, pessoas pobres e, retomando o tema de gênero, contra pessoas trans e travestis.

⁵Butler conecta a precariedade não-igualmente distribuída à exigência da sociedade capitalista para a responsabilidade individual, a ‘responsabilidade’ de se tornar empreendedor/a, e à ansiedade e sensação de fracasso provocadas por tais expectativas em tais condições precárias. “A fantasia do indivíduo capaz de se tornar um empreendedor de si mesmo em condições de precariedade acelerada, se não de indignância, cria a

do capitalismo⁶.

Geralmente induzido e reproduzido por instituições governamentais e econômicas, esse processo adapta populações, com o passar do tempo, à insegurança e à desesperança; ele é estruturado nas instituições do trabalho temporário, nos serviços sociais destruídos e no desgaste geral dos vestígios ativos da social-democracia em favor das modalidades empreendedoras apoiadas por fortes ideologias de responsabilidade individual e pela obrigação de maximizar o valor de mercado de cada um como objetivo máximo de vida (BUTLER, [2015] 2018, p. 21).

Para Butler, o reconhecimento dessa precariedade como algo que todo mundo tem em comum, e que não é algo de responsabilidade individual, pode servir como uma espécie de base ou condição comum para criar alianças entre os mais diversos grupos. Mas, ao mesmo tempo, a autora rejeita a ideia de lutas exclusivamente identitárias: “[...] os direitos pelos quais lutamos são direitos plurais, e essa pluralidade não está circunscrita, de antemão, pela identidade; isto é, não constitui uma luta apenas de determinadas identidades, e certamente é uma luta que procura expandir aquilo a que nos referimos quando falamos de ‘nós’” (BUTLER, [2015] 2018, p. 75). As pessoas até podem se conscientizar, inicialmente, por uma questão identitária ou de identificação com certo grupo com certo problema em comum – pessoas com mais risco de sofrer assédio nas ruas, ou de serem mortas pelas intervenções da polícia, ou de serem expulsas de seu lugar de moradia etc. No entanto, para a filósofa, quem se envolve nessas lutas precisa reconhecer algo em comum atrás de todas elas: são lutas contra formas de precariedade, em seu caráter de ser diferencialmente distribuída. Reconhecendo isso, deve-se reivindicar que toda vida seja igualmente vivível, algo que “[...] requer a distribuição igualitária dos bens públicos [...]” (BUTLER, [2015] 2018, p. 78) – ou, melhor, dos serviços públicos e privados, para que todos sejam bens públicos.

Depois, a autora faz uma série de considerações sobre assembleias públicas e sua importância. Assim, a solução para Butler parece ser: precisamos reconhecer a precariedade para conseguirmos fazer alianças, e essas alianças precisam ir para as ruas, para exigir um mundo no qual a precariedade seja superada e todos/as possam ter vidas vivíveis. Porém, a teórica também não propõe uma solução muito concreta para *como* fazer com que as pessoas reconheçam a precariedade compartilhada. Em certo momento, a solução parece ser o reconhecimento que todo ser humano, de alguma maneira ou outra, é conectado (BUTLER, [2015] 2018, p. 234; ver também BUTLER, [2009] 2015). Mas, novamente, a filósofa não oferece ideias concretas para como chegar a nenhum desses tipos de reconhecimento – da precariedade de todo mundo e das conexões entre todo mundo. Assim, cai no mesmo problema de tantos grupos políticos e movimentos sociais desde os tempos de Marx – como lutar contra os discursos ideológicos dominantes para que as pessoas tenham consciência de classe (ou de classe e precariedade, neste caso). Assim, a questão que vincula as teorizações de Butler e o texto de Ferreira é: *como* fazer com que as pessoas reconheçam a precariedade (Butler) ou as condições históricas e sociais que têm em comum (Ferreira)?

perturbadora suposição de que as pessoas podem, e devem, agir de maneira autônoma sob condições nas quais a vida se tornou insuportável” (BUTLER, [2015] 2018, p. 22).

⁶É importante frisar, também, que Butler ([2015] 2018) reconhece a existência de diferenças entre “[...] políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações e políticas que produzem condições de negligência sistemática que na realidade permitem que as pessoas morram” (BUTLER, [2015] 2018, p. 17). Precisamos lutar contra ambos esses tipos de política, mas reconhecer as diferenças entre elas.

É mister, aqui, também fazer uma reflexão sobre de que tipo de *vida vivível* estamos falando – a diferença entre sobrevivência e uma vida que realmente possa ser vivida plenamente. Ainda sobre a vida e a precariedade, em *Quadros de guerra* Butler ([2009] 2015) afirma: “É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que possa viver” (BUTLER, [2009], 2015, p. 32), insistindo que “[...] [o]nde uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida” (BUTLER, [2009] 2015, p. 43). Ao mesmo tempo, faz uma ressalva importante: “Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a ‘vida em si mesma’” (BUTLER, [2009] 2015, p. 43). Um exemplo claro disso é o aborto – para muitas pessoas que estão contra a legalização do aborto, a preocupação parece ser com a *vida em si mesma* – o desenvolvimento do feto e seu nascimento – e não com as condições que tornem a vida, uma boa vida, possível – políticas públicas de assistência para mães solteiras e seus filhos, por exemplo. Assim, não pode ser uma questão de *viver por viver* ou de *viver para sobreviver*. Não devemos exigir simplesmente a sobrevivência, “[...] porque a vida, por mais que requeira a sobrevivência, deve ser *mais* do que sobrevivência para ser uma vida possível de ser vivida. Uma pessoa pode sobreviver sem que consiga viver a própria vida” (BUTLER, [2015] 2018, p. 229, grifo da autora).

Estamos levantando essa questão da sobrevivência *versus* uma vida vivível pois, de acordo com o chamado para artigos do presente número desta revista, um dos objetivos era o seguinte (grifos nossos):

Mapear as resistências e o que de novo anunciam na direção não apenas do enfrentamento a todas as formas de exploração e opressões vivenciadas em nossas sociedades, mas da construção de outras formas de produção e reprodução da vida, *em que a preservação das vidas humanas e do ambiente seja a única prioridade*, é uma importante tarefa do presente momento.

O chamado é muito bonito e bem-intencionado; porém, achamos que uma questão importante para se ter em mente ao tentar realizar a atuação latino-americana conjunta que Ferreira propõe em sua contribuição para o número é que não é simplesmente uma questão de *preservação das vidas humanas*, como sugere o chamado, mas de criar condições para vidas plenas, ou *vidas vivíveis*, como diz Butler. Não devemos simplesmente pensar na *preservação das vidas humanas*, mas na criação das condições que tornem a vida possível, ou melhor, as condições que tornam possível uma vida boa, plena. Isso é porque, conforme Butler ([2015] 2018):

A questão não é se reunir por modos de igualdade que nos mergulhariam a todos em condições igualmente não vivíveis. Ao contrário, a ideia é exigir uma vida igualmente possível de ser vivida, que também seja posta em prática por aqueles que fazem a reivindicação, e isso requer a distribuição igualitária dos bens públicos (BUTLER, [2015] 2018, p. 78).

Assim, a criação de condições para vidas vivíveis exige mais do que estados de preservação da vida que envolvam mera sobrevivência, assim como requer um tipo de igualdade que permita que todas as pessoas tenham as mesmas *boas* circunstâncias. E, embora não possamos escapar da precariedade como condição humana no sentido mais amplo (a inevitável mortalidade como condição da nossa existência), podemos lutar para eliminar aquela precariedade cotidiana desigualmente distribuída.

Considerações finais

Como Ferreira e Butler, não conseguiremos aqui propor um caminho concreto para a atuação conjunta em direção a uma permanência de práticas e políticas progressistas que criem condições não para a simples sobrevivência, mas para vidas plenamente vivíveis. Porém, acreditamos que o reconhecimento é chave para essa atuação, e que as considerações de Butler sobre o reconhecimento da precariedade como condição que nos une podem ser complementares para o reconhecimento das condições históricas e sociais compartilhadas pelos povos da América Latina que Ferreira sugere. Como o ciclo de ondas (neo)liberais e conservadoras e ondas progressistas tem a ver com questões ideológicas, temos “[...] o imperativo de se tornar *consciente em termos práticos* do conflito social fundamental – a partir dos pontos de vista mutuamente excludentes das alternativas hegemônicas que se defrontam em determinada ordem social – com o propósito de *resolvê-lo através da luta*” (MÉSZÁROS, [1986] 2008, p. 10, grifos do autor). Temos, ainda, “[...] a necessidade de uma luta mais generalizada contra a precariedade, uma luta que surja de uma sensação experimentada de precariedade, vivida como uma morte lenta [...]” (BUTLER, [2015] 2018, p. 77-78). Portanto, retomando as letras da canção na epígrafe da primeira seção do presente texto, *Vamos dibujando el camino* (Vamos desenhando o caminho) – um caminho no qual os povos latino-americanos possam se reconhecer nas condições histórico-sociais e precariedades compartilhadas, e lutar para mudanças a partir desse reconhecimento.

Referências

BRASIL DEBATE. As 26 principais violações ao meio ambiente feitas por Jair Bolsonaro. **Carta Capital**, São Paulo, 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/brasil-debate/as-26-principais-violacoes-ao-meio-ambiente-feitas-por-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 20 maio 2022.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. 2. ed. Trad. de F. S. Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: Os limites discursivos do ‘sexo’, 1. ed. Trad. V. Daminelli; D. Y. Françoli. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Deshacer el género**. Trad. A. Bixio. Barcelona: Paidós, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Trad. R. Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Trad. S. Lamarão e A. M. Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARNEIRO, Lucianne. Taxa de desemprego no Brasil bate recorde no primeiro trimestre. **Valor Investe**, São Paulo, 27 maio 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/05/27/taxa-de-desemprego-no-brasil-bate-recorde-no-primeiro-trimestre.ghtml>. Acesso em: 20 maio 2022.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Trad. S. Vieira e L. C. Borges. São Paulo: Boitempo/Editora UNESP, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

KALIL, Isabela Oliveira (coord.). **Quem são e no que acreditam os eleitores de Bolsonaro**. São Paulo: Federação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), 2018. p. 1-27.

Disponível em:

<https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O estado e a revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?**. 3. ed. Trad. L. Xavier. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LEWIS, Elizabeth Sara. Preface: Revoking the ideology of the far-right in Brazil. In: DESOUSA FILHO, Alipio. **Revoke Ideology: Critical Constructionist Theory in the Human Sciences**. Oxford: Peter Lang, 2019. p. xi-xxi.

MARX, Karl. A guerra civil na França. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. vol. II. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015a. p. 339-442.

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, Karl. **A revolução antes da revolução**. vol. II. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015b, p. 199-338.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. Trad. L. C. C. COSTA. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Elizabeth Sara LEWIS

Graduada em Espanhol (língua, literatura e cultura) e Estudos Internacionais - Davidson College, EUA (2004). Possui doutorado e mestrado em Estudos da Linguagem - PUC-Rio (2016 e 2012, respectivamente). Mestrado em (Des)igualdade Social: Estudos de Gênero e Estudos das Mulheres - Università degli Studi di Roma Tre, Itália (2008). Mestrado em Antropologia Social e Etnologia - École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França (2005).
